

FONTE : GM

CLASS. : 11

DATA : 05 06 91

PG. : Relatório da GM - 1/3

BIRD: incentivo fiscal não destrói Amazônia

por Maria Helena Tachinardi de Washington

Um recente estudo do Banco Mundial, que está para ser discutido com o governo brasileiro, põe por terra falsas premissas, como a de que incentivos fiscais e créditos subsidiados são os principais vilões do desmatamento na Amazônia. O trabalho, conduzido pelo economista americano Robert R. Schneider, da divisão de meio ambiente para a América Latina e Caribe, mostra com dados estatísticos que a terra barata tem sido o fator fundamental na destruição ecológica da floresta. A pesquisa revela ainda que a terra barata é consequência da construção de estradas.

Se o governo tem alguma culpa na questão do desmatamento, ela pode ser atribuída a uma política de construir estradas sem planejamento, isto é, sem levar em conta as áreas de biodiversidade que se quer preservar.

Ao mesmo tempo que os terrenos ao lado das estradas, num primeiro momento, tendem a se tornar caros, ocorre o barateamento das terras no interior, à medida que uma rodovia atrai mais migração e, em consequência, leva a uma maior oferta de terras no mercado. Com esse movimento, os preços caem. A terra barata, por sua vez, leva o fazendeiro a não se preocupar com o uso de desfolhantes e outros produtos químicos para tratá-la e aumentar a sua produtividade. Esse tipo de tratamento encarece a produção. A terra barata, conclui Schneider, contribui para que o fazendeiro queime as árvores sem nenhum cuidado com o meio

ambiente, porque essa é a solução menos onerosa.

Outra informação falsa que é comumente difundida é que os incentivos fiscais contribuem para o desmatamento. O estudo prova que os incentivos, nas décadas de 70 e 80, foram alocados para os grandes fazendeiros, produtores de gado, mas, na realidade, são os pequenos criadores que proliferaram no Norte do País.

No período de 1980 a 1985, os rebanhos de menos de cem cabeças, portanto aqueles que não receberam incentivos do Finam, foram os que mais aumentaram nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, em relação aos rebanhos na faixa de menos de duzentas cabeças até mais de 2 mil, isto é, aqueles que se beneficiaram de uma política de incentivos fiscais do governo.

Mais precisamente, Schneider mostra em seu estudo — que contou também com a participação de consultores brasileiros — que rebanhos com menos de cinquenta cabeças representavam (em 1985) 17% de todo o gado do Norte e cresceram cerca de 70% entre 1980 e 1985.

Já os rebanhos entre cinquenta e quinhentas cabeças, que representavam 38% de todo o plantel, cresceram a uma média de 47%, enquanto o número de bovinos em rebanhos de mais de quinhentos animais, que representavam 45% do gado da região, aumentou 17%.

A pesquisa do Banco Mundial, que está sendo impressa para depois ser discutida com as autoridades

(Continua na página 3)

Incentivo não destrói Amazônia

por Maria Helena Tachinardi
de Washington
(Continuação da 1ª página)

brasileiras nos próximos meses, revela ainda que a pressão demográfica não será um grande fator de pressão para o desmatamento, no futuro. A tendência é de redução da migração do Sul para o Norte porque o governo parou de construir estradas e os próprios fazendeiros que foram para a Amazônia se encarregam de desencorajar potenciais interessados em lá se estabelecer, contando a sua própria experiência, como a de que é falso pensar que o Norte proporciona uma riqueza fácil.

A população masculina de migração potencial, entre 20 e 39 anos, está menos interessada em ir para o Norte. O número vem decrescendo: passou de 165 mil pessoas em 1986 para 103.654 em 1987 e 51.950 em 1988.

Ao contrário, no final dos anos 70 e no início da década de 80 os dois fatores convergiram — a migração acelerada e a construção de estradas. O resultado foi uma ampliação acentuada do desmatamento, disse Schneider a este jornal.

O estudo também conclui que as forças demográficas

em geral não foram fundamentais para o desmatamento da Amazônia porque entre 1970 e 1980 a migração do campo para a cidade (16 milhões de pessoas no País todo) foi muito maior que a migração para o Norte (770 mil brasileiros).

Outra constatação é que os altos preços da terra no Sul, comparados com os do Norte, têm sido uma força poderosa na migração para a região amazônica. A terra cara do Sul, usada mais para grandes plantações de trigo e soja, deslocou os pequenos e médios proprietários para o Norte, onde as

terras na década de 70 eram baratas; os pequenos fazendeiros do Sul passaram a ser grandes proprietários no Norte, onde desenvolveram a criação de gado.

Em 1970, um proprietário no Sul que quisesse adquirir terras no Norte somente poderia esperar duplicar o tamanho de sua fazenda. Cinco anos depois, entretanto, ele podia expandir a propriedade em dez vezes. E durante um curto período de tempo, no começo dos anos 80, ele pôde obter 15 hectares no Norte para cada hectare vendido no Sul.

Uma das principais con-

clusões do trabalho conduzido por Schneider é que a terra barata contribuiu para o aumento da migração e o desmatamento. "Se o preço da terra é barato é mais fácil queimar as árvores e não usar inseticidas ou controlar as pragas com produtos químicos", observa o economista.

Um dos objetivos do Banco Mundial ao elaborar a pesquisa (concluída em dezto meses) foi tomar conhecimento dos atores e dos processos que interagem na Amazônia. "O BIRD tem que ser cuidadoso sobre que tipo de estrada

financiar, por exemplo. Em primeiro lugar, uma estrada tem que passar pelo teste do custo/benefício. A Transamazônica provavelmente não passaria. Em segundo lugar, deve-se saber qual seria o custo ambiental.

Para isso, o governo brasileiro precisa saber quais as áreas de biodiversidade mais ricas que quer proteger. É importante encontrar áreas que não estejam sob pressão, como as de Rondônia. É preciso buscar áreas que economicamente ainda não foram descobertas e transformá-las em parques nacionais."